

GT – Gestão de Sistemas e Inovações Educacionais nas Realidades de Ibero-américa

TÍTULO EM PORTUGUÊS: Políticas públicas educacionais: discussão de modelos de análise para comparações internacionais

TÍTULO EN ESPAÑOL: Políticas públicas educativas: modelos de análisis para las comparaciones internacionales.

*Denise Bianca Maduro Silva Passades,
Doutorado Latino-americano em Educação
Universidade Federal de Minas Gerais,
Belo Horizonte, MG, Brasil
Doutorado Sanduíche – apoio CNPq
Universidade de Brasília,
Brasília, DF, Brasil*

RESUMO EXPANDIDO

JUSTIFICATIVA:

O Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais apresenta como opção o Doutorado Latino-americano em Educação: Políticas Públicas e Profissão Docente, que se articula em rede com Universidades Latino-americanas e conta com o apoio da UNESCO. Dentre suas características, encontra-se a exigência de realizar estudos comparados entre países desse subcontinente. No entanto, o estudo comparado de políticas públicas em educação, em diferentes sistemas nacionais de ensino, é bastante complexo. A apresentação de contribuições para a análise de políticas públicas é o objetivo deste texto. A questão central é: como construir o objeto de pesquisa articulado ao debate mais amplo, no campo das políticas públicas, que contribua para discernir o problema?

DESENHO/METODOLOGIA/ABORDAGEM:

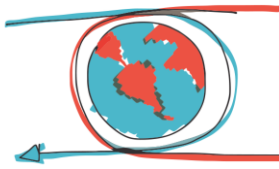
Em primeiro lugar, por meio de revisão bibliográfica, são identificadas diferentes correntes de pensamento sobre a análise de políticas públicas, desde uma perspectiva interdisciplinar, em diálogo com as ciências sociais, até a discussão própria do campo da ciência política, terreno no qual se concentra o debate sobre distintos modelos de análise, privilegiando o neoinstitucionalismo, tendência que focaliza impactos das instituições, públicas e privadas, na determinação de resultados de políticas sobre cada contexto nacional. Em seguida, aborda-se, brevemente, o papel das ideias e do conhecimento na análise de políticas públicas, assim como a importância da teoria da regulação para a análise de políticas públicas.

ACHADOS:

Na perspectiva da comparação internacional, a revisão da literatura atenta para algumas questões que serão importantes aos investigadores no momento da coleta de dados para construir a análise das políticas públicas:

- Quais são os atores coletivos – grupos demandantes ou objetos das políticas - envolvidos na criação e implementação das políticas? Esta pergunta leva ao entendimento das concepções de mundo envolvidas nas políticas públicas (CORTES; LIMA, 2012).

- Ao descrever as políticas públicas de educação, uma opção para comparações nacionais é buscá-las como produto institucional estatal, envolvendo o estudo de instituições governamentais que oficialmente estabelecem, implementam e fazem cumprir as políticas públicas (DYE, 2009). Isso se deve ao fato que as instituições estatais legitimam,



universalizam e têm o poder coercitivo de ação para com as políticas públicas. Nessa abordagem, deve-se descrever as instituições escolhidas para análise, responsáveis pelas políticas, suas estruturas, organizações, atribuições e funções, pois se pressupõem que há impacto dos arranjos institucionais sobre as políticas; mas sem superestimar o impacto, já que as próprias instituições são vistas como artefatos históricos, por isso mesmo passíveis de mudanças.

- Em sintonia com a abordagem acima, Immergut (2007) ressalta a importância dos processos políticos como condicionantes de seus impactos. A autora evidencia a singular trama de poder que envolvem as políticas públicas, e a importância dos filtros institucionais ao ditarem interpretações e favorecerem certos interesses em detrimento de outros na política. Essa abordagem permite discutir e criticar os sentidos dados às políticas pelas instituições.

- Hall e Taylor (2003) mostram cinco possíveis questões para a construção da leitura da política pública: como construir a relação entre instituição e comportamento? Como explicar o processo pelo qual as instituições surgem ou se modificam? Como os atores se comportam? O que fazem as instituições? Por que as instituições se mantêm? Essas indagações partem do princípio que o Estado não é agente neutro, e sim capaz de estruturar a natureza e os resultados dos conflitos entre os grupos sociais.

- Os discursos das políticas e dos políticos conformam um campo rico de interpretações, na leitura de Faria (2003), já que por meio da história contada é possível perceber a compreensão que os políticos têm do problema educacional, como as questões são definidas, como as soluções são pensadas e como se define o curso das políticas.

- A teoria da regulação social permite a leitura do mais tácito que existe nas políticas: seus instrumentos de ação e regulação, sendo rica em fontes para o analista que com base em suas premissas poderá realizar sua leitura desde o micro, local, até a política construída nas instituições.

No texto são apresentados diversos processos que orientam modos de reconstrução de realidades educativas de políticas públicas em diferentes correntes teóricas, para possibilitar analisar a natureza do objeto, problemas a resolver referentes ao objeto e às práticas sociais às quais ele está ligado.

O QUE É ORIGINAL/VALOR DO ARTIGO:

Os métodos analíticos de políticas públicas não pretendem suprimir a necessidade do analista de estabelecer comparações, mas podem facilitar-lhe o acesso aos meios pelos quais chegará ao entendimento dos diferentes contextos políticos educacionais nacionais e, munido desse conhecimento, alcançar seu objetivo final.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. Teoria Política. Metodologia. Pesquisa Comparada. Estado e Educação.

REFERÊNCIAS:

CORTES, S. V.; LIMA, L. L. A contribuição da sociologia pra a análise de políticas públicas. In: *Lua Nova*, São Paulo, 87: p. 33 – 62, 2012.

DYE, T. R. Cap. 3: Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Org.) *Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

FARIA, C. A. P. de. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, p. 21 – 29, fev., 2013.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. As três versões do neo-institucionalismo. In: *Lua Nova*, n. 58, p. 193 - 223, 2003.

IMMERGUT, E. O núcleo teórico do novo institucionalismo. In: SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. *Políticas Públicas*. Coletânea v. 1, 2007, p. 155 - 195. (Tradução Paulo César Nascimento).